

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V - Nº 794 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 13 DE JANEIRO DE 1999

Congresso vota hoje MP que altera tributação das empresas

Senador Antonio Carlos Magalhães acredita que parlamentares devem aprovar as quatro medidas provisórias na sessão de hoje à tarde. Fernando Bezerra critica aumento da carga tributária em um ano de dificuldades



Congresso Nacional se reúne hoje à tarde para discutir quatro medidas provisórias. A mais importante delas altera a cobrança de impostos pelo governo sobre os lucros das empresas

O Congresso Nacional realiza hoje, às 14h30, a sua primeira sessão dentro da convocação extraordinária, para apreciar quatro medidas provisórias. Uma delas, a de nº 1.788, altera a legislação do Imposto de Renda das empresas, principalmente a taxação dos fundos de investimento imobiliário e dos rendimentos sobre operações financeiras e o pagamento de impostos pelas micro e pequenas empresas. O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, voltou a manifestar confiança na aprovação das MPs: "Dá para aprovar. Não sei se é fácil", avaliou. O senador Fernando Bezerra criticou o que classificou como "aumento da carga tributária em um ano que já promete profundas dificuldades sobre as empresas".

PÁGINAS 3 E 6

PLENÁRIO

Senado examina extinção dos manicômios

PÁGINA 3

Mercosul tem acordo sobre pós-graduação

Os quatro países-membros do Mercosul investirão conjuntamente para formar profissionais em nível de pós-graduação, através de um acordo aprovado ontem pelo plenário do Senado. Os senadores também autorizaram a indicação dos nomes dos diplomatas Sérgio de Queiroz Duarte e Affonso Celso de Ouro-Preto como embaixadores na Áustria e na China.

PÁGINA 2

Moratória mineira provoca debates

A questão da moratória decretada pelo governador mineiro Itamar Franco dominou ontem os debates na sessão do Senado. Em apartes ao discurso do senador Lúcio Alcântara, diversos parlamentares se pronunciaram sobre

a crise financeira que atinge diversos estados brasileiros. A Comissão de Assuntos Econômicos examinará hoje requerimento convidando Itamar para prestar esclarecimentos sobre sua decisão.

PÁGINAS 4 E 5

A decisão do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, de decretar moratória estimulou um debate entre os senadores sobre a crise nos estados





AGENDA

QUARTA-FEIRA, 13 DE JANEIRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 11h - Preside sessão deliberativa do Senado
- ▶ 14h30 - Preside sessão conjunta do Congresso
- ▶ 15h - Participa da missa em homenagem à ex-deputada Ceci Cunha. *Salão Negro do Congresso Nacional*

PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Votação, em turno suplementar, do substitutivo ao *PLC nº 8/91, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória; *PDL nº 14/98, que aprova o texto do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 1996; *Mensagem nº 241/98, que submete à deliberação do Senado o nome de Sérgio de Queiroz Duarte, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Áustria, e, cumulativamente, junto à Eslovênia; e *Mensagem nº 242/98, que submete à deliberação do Senado o nome de Affonso Celso de Ouro-Preto, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, junto à Mongólia.
- ▶ 14h30 - Sessão conjunta do Congresso Nacional
Pauta: *MP nº 1.788, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda, em relação à tributação dos Fundos de Investimento Imobiliário e dos rendimentos auferidos em aplicação ou operação financeira de renda fixa ou variável, ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples, à incidência sobre rendimentos de beneficiários no exterior, bem assim a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, relativamente ao aproveitamento de créditos e à equiparação de atacadista a estabelecimento industrial, do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou Relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF, no que se refere às operações de mútuo, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, relativamente às despesas financeiras; *MP nº 1.790, que altera a Lei nº 9.365/96; *MP nº 1.791, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária; e *MP nº 1.793, que institui a Taxa Processual sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade.
Local: Plenário da Câmara dos Deputados

COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Apreciação do PLC nº 53/98, que altera a Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos. *Sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa*
- ▶ 10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: Apreciação dos PDL nº 2/99, que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos Condenados, celebrado entre o Brasil e a Argentina. *Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa*
- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação dos PLC nº 48/98, que dispõe sobre o ensino no Exército brasileiro; PLS nº 188/98, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos; PEC nº 42/98, que dá nova redação aos artigos 45 e 56 da Constituição, instituindo o Sistema Eleitoral Misto para as eleições para a Câmara dos Deputados, vedando a coligação partidária nas Eleições Legislativas e dispondo sobre a suplência dos Deputados; e PEC nº 44/98, que dá nova redação aos artigos 17 e 55 da Constituição que tratam da fidelidade partidária. *Sala 5 da Ala Senador Alexandre Costa*
- ▶ 10h30 - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Mensagem nº 30/99, que encaminha ao Senado a programação monetária para 1º trimestre de 1999; *Mensagem nº 29/98, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de dezoito bilhões de dólares, entre o Brasil e o The Export-Import Bank of Japan, destinada ao financiamento parcial do "Programa de Modernização da Infra-Estrutura do Setor de Ciência e Tecnologia"; *Ofício "S" nº 89/98, que encaminha ao Senado manifestação do Banco Central a respeito da solicitação do governo do estado de Goiás, acerca da operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito entre a União e aquele estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária.

PREVISÃO PARA A SEMANA

PLENÁRIO

- Quinta-feira (14.01.99)
- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Primeiro dia de discussão do segundo turno da *PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF); *PDL nº 2/99, que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos Condenados, celebrado entre o Brasil e a Argentina; e *PDL nº 3/99, que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos, celebrado entre o Brasil e a Argentina.
- Sexta-feira (15.01.99)
- ▶ 9h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Segundo dia de discussão do segundo turno *PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Mercosul terá investimento conjunto em pós-graduação

Plenário aprovou ontem acordo firmado no final de 1996 pelos quatro integrantes do bloco: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai

Os países do Mercosul vão investir em conjunto na formação de profissionais em nível de pós-graduação. Acordo com essa finalidade assinado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, no final de 1996, foi aprovado ontem pelo plenário do Senado.

Para o relator do projeto, sena-

dor Artur da Távola (PSDB-RJ), o acordo é de grande importância para o fortalecimento do Mercosul. Depois de lembrar que "Mercosul não é apenas integração econômica", o senador citou como exemplo que Brasil e Argentina obtiveram avanços científicos e tecnológicos que agora poderão se complementar

graças ao acordo.

O objetivo do acordo é o aperfeiçoamento de professores universitários e pesquisadores, o intercâmbio de informações científicas e tecnológicas, bem como o estabelecimento de critérios e padrões comuns para avaliação dos cursos de pós-graduação nos quatro países.

A embaixadora Vera Pedrosa, ao lado de Tuma, lembrou papel do Brasil no acordo de paz entre Equador e Peru



CRE aprova embaixadores para Equador e Holanda

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em reunião presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), aprovou ontem por unanimidade a indicação dos ministros de primeira classe Affonso Emílio de Alencastro Massot e Vera Pedrosa Martins de Almeida para os cargos de embaixadores do Brasil na Holanda e no Equador, respectivamente. As mensagens vão ainda ao plenário.

Para a embaixadora Vera Pedrosa, este é um momento importante de aproximação entre Equador e Brasil, uma vez que a diplomacia brasileira

intermediou as conversações que culminaram no acordo de paz entre Peru e Equador. Vera revelou que uma pesquisa realizada entre os equatorianos mostrou que o Brasil é considerado o país mais amigo do Equador. O embaixador Affonso Emílio destacou que os holandeses têm muito o que oferecer ao Brasil em termos de investimentos e tecnologia na área de portos, uma vez que possuem o maior porto marítimo do mundo e já demonstraram interesse na privatização de portos brasileiros.

Senado vota acordos de transferência de presos

O plenário do Senado votará na sessão de amanhã, às 10h, tratados sobre a transferência de presos já assinados entre os governos do Brasil, do Chile e da Argentina. Os acordos serão votados hoje, pela manhã, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, depois que a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS)

apresentar seu parecer.

Em sua mensagem ao Congresso Nacional, o presidente Fernando Henrique Cardoso anexa justificativa do ministro das Relações Exteriores, onde ele lembra que o Brasil já firmou acordos idênticos com a Espanha, o Canadá e a Inglaterra. O ministro assinala ainda que os presos

transferidos terão de cumprir em seu países as penas remanescentes e que "não haverá impunidade do condenado em nenhum caso".

Os acordos prevêem que apenas o país remetente (aquele que condenou o preso) terá a faculdade de examinar eventuais pedidos de indulto, comutação ou revisão da pena.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso examina hoje quatro medidas provisórias

Em sessão marcada para as 14h30, serão apreciadas modificações no Imposto de Renda e na TJLP, a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e a instituição de uma taxa sobre os processos de competência do Cade

ACM acredita em aprovação

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, reafirmou ontem que continua acreditando na aprovação das medidas provisórias incluídas na pauta da sessão desta quarta-feira. Aos jornalistas que lhe pediram para avaliar o grau de dificuldade da votação, o senador respondeu:



Antonio Carlos

— Dá para aprovar; não sei se é fácil.

Antonio Carlos vem sustentando que o Congresso não deixará de dar apoio às iniciativas do governo visando realizar o ajuste fiscal e recuperar a credibilidade da economia brasileira. Segundo o senador, os parlamentares têm, acima de tudo, um compromisso com o Brasil, que supera todas as injunções políticas.

Quatro medidas provisórias deverão ser votadas hoje pelo Congresso Nacional, em sessão marcada para as 14h30. Uma delas — a 1.788 — modifica a legislação do Imposto de Renda, relativamente à tributação dos fundos de investimento imobiliário e dos rendimentos auferidos em aplicação ou operação financeira de renda fixa ou variável e ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições

das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples).

Essa MP altera a legislação no tocante à incidência sobre rendimentos de beneficiários no exterior, à dedutibilidade dos juros correspondentes a empréstimos e financiamentos obtidos fora do Brasil, assim como à legislação do IPI, relativamente ao aproveitamento de créditos e à equiparação de atacadista a estabelecimento industrial. Também interfere no Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF), referente às operações de mútuo e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no tocante às despesas financeiras.

Outra MP incluída na pauta, a 1.790, muda a lei que institui a



Com quatro medidas provisórias em sua pauta, Congresso Nacional realiza hoje à tarde a primeira sessão deste ano

Senado inicia amanhã segundo turno da CPMF

A proposta de emenda constitucional que aumenta e prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) começará a ser discutida pelo plenário do Senado, em segundo turno, na sessão de amanhã. A emenda terá de ser discutida por três sessões, sendo votada a seguir. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, marcou a votação para a próxima terça-feira.

A contribuição, de acordo com o projeto, será prorrogada por

mais três anos, e a alíquota, atualmente de 0,20%, subirá para 0,38% nos primeiros 12 meses de vigência, caindo para 0,30% nos dois anos seguintes. Aprovada na semana passada em primeiro turno por 61 votos favoráveis contra 12, a emenda prevê que a arrecadação adicional da CPMF será destinada à Previdência Social (a Saúde continuará recebendo a arrecadação correspondente a 0,20% da alíquota). A proposta é de autoria do senador licenciado Elcio Alves (PFL-ES).

Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante. Ela altera as datas de divulgação da TJLP com o objetivo de adequar sua metodologia de cálculo, “de forma a atenuar os efeitos negativos de uma conjuntura internacional claramente atípica” que, conforme o governo, redundou em expressiva elevação dessa taxa a partir do último dia 1º de dezembro.

Também aguarda o exame dos deputados e senadores a MP 1.793, que institui a Taxa Processual sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica

(Cade). Para justificar essa iniciativa, o governo alega que “a crescente importância do Cade impõe uma alteração no seu modelo organizacional e uma estruturação sistemática de sua gestão e desenvolvimento institucional”.

O Congresso vai deliberar ainda sobre a MP nº 1.791, que cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em moldes semelhantes aos já existentes em outros países, em particular nos Estados Unidos, onde a atividade da Food and Drug Administration (FDA) é altamente reconhecida pela sociedade. A agência brasileira ganha natureza de autarquia sob regime especial e caracteriza-se pela independência administrativa.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 12 DE JANEIRO DE 1999

1

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991 (nº 3.657/89, na Casa de origem). Dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamentação a internação psiquiátrica compulsória. Parecer nº 691/98-CDir, Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar. Proferido o Parecer nº 27/99-Plen, pela CAS, Relator: Senador Sebastião Rocha, sobre as emendas oferecidas em turno suplementar. Resultado: A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para votação, em turno suplementar.

2

Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1998 (nº 619/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Países-Membros do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996. Parecer nº 1/99-CRE, Relator: Senador Artur da Távola, favorável. Resultado: Aprovado. À promulgação.

3

Mensagem nº 241, de 1998 (nº 1.320/98, na origem), Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome do senhor Sérgio de Queiroz Duarte, ministro de primeira classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República da Áustria, e, cumulativamente, junto à República da Eslovênia. Resultado: Aprovado. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

4

Mensagem nº 242, de 1998 (nº 1.321/98, na origem), Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome do senhor Affonso Celso de Ouro-Preto, ministro de primeira classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, junto à Mongólia. Resultado: Aprovado. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

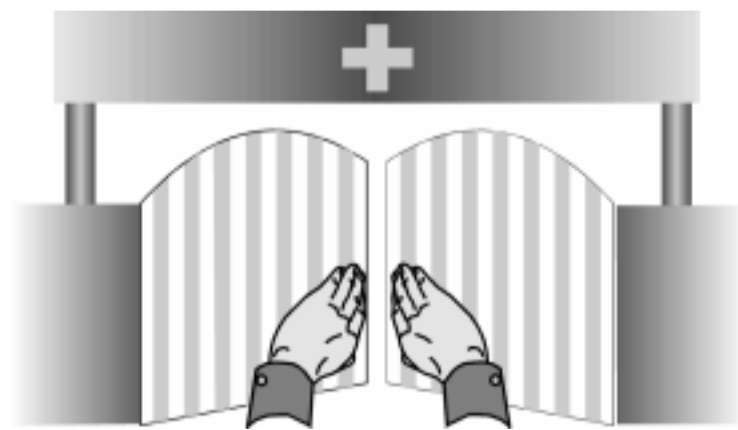
Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Extinção dos manicômios será votada outra vez

Depois de longos e intensos debates, o plenário do Senado votará hoje, em turno suplementar, o projeto que muda totalmente o sistema de tratamento de doenças mentais no Brasil, prevendo a extinção gradativa de todos os manicômios.

A proposta determina que os governos criem hospitais psiquiátricos, além de ambulatórios e prontas-socorros de atendimento psiquiátrico. Se virar lei, ficará proibida a internação de doentes mentais em asilos que não tenham condições de oferecer tratamento psiquiátrico.

Os senadores votarão um substitutivo apresentado pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP). Na sessão de ontem, ele deu parecer sobre dez emendas que os senadores fizeram à proposta assim que ela teve uma primeira votação em plenário. Sebastião Rocha aceitou algumas emendas parcialmente,



inclusive uma que dá 60 dias para que o governo regule a lei. Depois da votação de hoje, o projeto ainda será enviado à apreciação dos deputados.

O projeto sobre tratamento de doenças mentais foi apresentado na Câmara pelo deputado Paulo Delgado (PT-MG) em 1989. Aprovado na Câmara, seguiu para o Senado, onde recebeu um substi-

tutivo do relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Lucídio Portella (PPB-PI). Como Lucídio Portella deixou a CAS, o novo relator, Sebastião Rocha, apresentou outro substitutivo, baseado no projeto original, na proposta de Lucídio e nas emendas apresentadas. Esta é a proposta que vai à última votação no Senado na sessão de hoje.

Júnia Marise defende novo pacto federativo

Convicta de que Minas Gerais contribui de “forma muito séria” para o debate nacional, senadora quer compatibilizar o pagamento das dívidas com as demandas sociais por parte dos estados e municípios



A Comissão de Justiça analisa hoje duas propostas de emenda constitucional e um projeto de lei que fazem parte da reforma política

CCJ começa a discutir a reforma política

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se hoje para analisar duas propostas de emenda constitucional e um projeto de lei que fazem parte da reforma político-partidária. Os senadores discutem temas como voto distrital, fidelidade partidária e financiamento exclusivamente público para as campanhas eleitorais. Todas as matérias são relatadas pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

Uma das PECs determina que os deputados federais sejam eleitos em cada estado e no Distrito Federal por um sistema eleitoral misto, que estabelece o voto no candidato distrital e na legenda do partido, vedando as coligações partidárias nas eleições para o Legislativo. A proposta altera os artigos 45 e 46 da Constituição e estabelece que a representação de cada estado e do Dis-

trito Federal seja composta por 50% de candidatos eleitos em distritos. A outra metade dos candidatos seria indicada em listas partidárias.

A proposta que trata da fidelidade partidária prevê a perda do mandato do integrante do Poder Legislativo que deixar o partido pelo qual foi eleito ou cometer grave violação da disciplina partidária.

Os senadores analisam também projeto de lei estabelecendo que o financiamento das campanhas seja feito com recursos do Orçamento da União. O texto do projeto prevê que nos anos em que se realizarem eleições, as dotações orçamentárias para o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos tenham como base o valor de R\$7,00 por eleitor alistado pela Justiça Eleitoral.

CAS examina projeto sobre medicamentos

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senador Ademir Andrade (PSB-PA), convocou reunião, para as 10h de hoje, destinada à análise do projeto de lei da Câmara que obriga os medicamentos a mostrarem, além do nome comercial, também a denominação comum brasileira ou nome genérico do fármaco nos rótulos, bulas, embalagens e materiais promocionais. O relator do projeto, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é favorável à aprovação.

O projeto atribui ao órgão de vigilância sanitária a responsabilidade de definir os critérios para o registro, controle de qualidade, provas de biodisponibilidade e aferição da equivalência terapêutica, nos serviços de farmácia, dos medicamentos genéricos. E determina que a Denominação Comum Brasileira seja adotada, obrigatoriamente, nas aquisições de medicamentos, no âmbito do Sistema Único de Saúde.



O senador Ademir Andrade, presidente da comissão, convocou a reunião para hoje

O projeto também dispõe que o órgão de vigilância sanitária edite relação de medicamentos registrados no país e que nas propostas licitatórias e contratos de aquisição de medicamentos, no âmbito do SUS, sejam exigidas as especificações técnicas dos produtos, os respectivos métodos de controle de qualidade e a sistemática de certificação.

A necessidade de um novo pacto federativo, que compatibilize o pagamento das dívidas e o atendimento das demandas sociais por parte de estados e municípios, foi defendida ontem pela senadora Júnia Marise (PDT-MG). Para ela, seu estado, com a moratória decretada pelo governador Itamar Franco, “está contribuindo de forma muito séria para este grande debate nacional”.

Segunda vice-presidente do Senado, Júnia descartou que a moratória influencie na saída de divisas do país, lembrando que US\$ 30 bilhões foram retirados antes mesmo da posse de Itamar Franco.

– Não vai ser o problema de Minas Gerais que vai repercutir na bolsa de Hong Kong. Pelo amor de Deus, é ridículo imaginar uma coisa dessas! O que deve ser discutido é a necessidade de se adotarem mecanismos para mudar o pacto federativo, promovendo o equilíbrio econômico, social e financeiro dos estados e municípios. E é preciso fazer isto de forma séria, para que se possa compatibilizar a responsabilidade do pagamento dessas dívidas sem perder de vista a responsabilidade de atender aos cidadãos e aos servidores, além das demandas na área da saúde, da moradia e da educação – afirmou.

A senadora ressaltou que o aumento das dívidas mobiliárias dos estados decorre exclusivamente da política econômica do atual governo federal, que triplicou seus valores nos últimos quatro anos em razão das altas taxas de



Júnia afirma que o setor produtivo nacional está hoje “quebrado” e, com isso, estados arrecadam menos

juros, as maiores do planeta. Lembrou que, nesse período, o governo vem confiscando sistematicamente as receitas municipais e estaduais, com o Fundo de Estabilização Fiscal e a Lei Kandir.

– O governo federal estabeleceu como meta confiscar receitas dos estados, como vem confiscando rendimentos dos que ainda têm o privilégio de manter seu emprego garantido, com o aumento da alíquota do Imposto de Renda. Ao mesmo tempo, impõe aos governos estaduais e municipais as responsabilidades por investimento e atendimento na área de saúde e educação – disse Júnia Marise, em entrevista em seu gabinete.

Para a senadora, a centralização da arrecadação pelo governo federal estrangula as finanças estaduais e coloca os governadores “de pires na mão”. Ela

afirmou que a situação levantada por Minas Gerais e por Itamar Franco é uma radiografia da realidade nacional.

Júnia Marise participou ontem de um ato de solidariedade à posição assumida pelo governador de Minas, na Câmara dos Deputados, com parlamentares de todos os partidos que integram os blocos de oposição no Congresso Nacional. Ela ressaltou que é importante o país ter estabilidade, com baixa taxa de inflação, mas “isto não significa que o povo tem de perder seu emprego e seu salário e não ter as condições mínimas de sobrevivência”. Para a parlamentar, não houve nenhum investimento social nas áreas de habitação, de saúde e de saneamento básico.

A senadora lembrou que as próprias estatísticas dos órgãos oficiais do governo demonstram que houve um crescimento da pobreza de mais de 30% no país nos últimos quatro anos. Nesse período, cerca de 10 milhões de trabalhadores perderam seu emprego e boa parte deles atua hoje na economia informal.

– O setor produtivo nacional está hoje quebrado, sucateado, e com isto está sendo reduzida toda a receita estadual, em razão de uma política econômica que teima em manter as altas taxas de juros e não fazer reformas essenciais, que são a reforma fiscal e tributária, com a redução dos impostos para que o país possa alavancar todo o setor produtivo nacional e com isso propiciar o emprego e melhores arrecadações para os governos estaduais – afirmou a senadora.

Suplicy esclarece convite a Itamar

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez um apelo aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para que compareçam à reunião marcada para hoje, em que será votado requerimento convidando o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, a prestar esclarecimentos sobre a recente moratória decidida pelo governo estadual.

Suplicy apresentou requerimento, junto com o senador Jefferson Péres (PSDB-AM), convidando o governador mineiro e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, a comparecerem ao Senado para explicarem os termos da moratória de Minas e do acordo do estado com a União. Suplicy entende, inclusive, que outros governadores poderiam aproveitar a ocasião para “expor a difícil situação das finanças estaduais”.

O senador paulista informou que o governador Itamar Franco está disposto a comparecer ao Senado. “O senador Roberto Requião (PMDB-PR) tomou a iniciativa de ligar para o governador, que garantiu seu

comparecimento caso seja convidado”, esclareceu.

Suplicy disse acreditar que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, não se oporá à vinda do governador mineiro. “Acredito que seja a sua intenção fortalecer o Senado, fazendo com que cumpra sua obrigação constitucional com relação às autorizações de créditos para os estados e para a União”, salientou.



Suplicy fez apelo a senadores para que compareçam hoje à CAE para votar convite ao governador

CAE analisa saneamento de bancos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), reúne-se hoje, às 10h30, para apreciar, entre outros itens, pareceres do Banco Central acerca de financiamentos concedidos pela União aos estados de Goiás, no valor de R\$ 418,8 milhões, e do Ceará, no valor de R\$ 954,2 milhões.

Os financiamentos destinam-se ao saneamento dos bancos oficiais dos dois estados e fazem parte do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes). Essas matérias serão relatadas pelos senadores João Rocha (PFL-TO) e Jefferson Péres (PSDB-AM).

A pauta da CAE prevê, ainda, discussão sobre a concessão de empréstimo da União ao estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. O parecer da matéria será elaborado pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR).

Senadores debatem crise dos estados

Jefferson e Amorim atribuem problemas aos juros altos; Arlindo Porto lembra que moratória já existia na prática e Freire diz que Itamar quebrou a “ideologia do pensamento único” no país

Vários senadores analisaram ontem a decisão do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, de declarar moratória do pagamento da dívida mineira com a União. Eles se pronunciaram em apartes a pronunciamento do senador Lúcio Alcântara, do PSDB-CE (*ver quadro abaixo*).

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) disse que a situação de Minas e de outros estados deve ser atribuída a “dois vilões”: a governos estaduais passados – maus gestores dos recursos públicos – e à política econômica federal de juros altos. No caso de Minas Gerais, há quatro anos a dívida estadual totalizava R\$ 6,8 bilhões, acrescentou o senador. O ex-governador Eduardo Azeredo contratou empréstimos da ordem de R\$ 500 milhões, mas a dívida saltou, hoje, para R\$ 18 bilhões.

Para Lúcio Coelho (PSDB-MS), quando um governador diz que não pode honrar compromissos, isso significa que “as dívidas teriam que ser perdoadas”, o que seria absurdo, no seu entendimento, pois os governan-



Josaphat (E) lembra que governador não é subordinado ao presidente e Machado diz que autonomia não exige estados de cumprir a lei

tes devem honrar os contratos.

Ernandes Amorim (PPB-RO), por sua vez, considerou que a rolagem das dívidas estaduais, à base de 6% ao ano, pelo prazo de 30 anos, foi favorável aos estados, mas as altas taxas de juros de fato impediriam que as dívidas sejam saldadas.

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) salientou que “o mundo oficial e da imprensa” têm esquecido o aspecto federativo envolvido na moratória



mineira. O governador Itamar Franco, à frente da administração de um ente da Federação, “tem autonomia que precisa ser preservada e acatada”, afirmou. O governador, como assinalou Josaphat, não é um subordinado do presidente da República. Ao contrário, “é dotado de poder tão valioso e autônomo como o do presidente da República”, observou.

Sérgio Machado (PSDB-CE) concordou que os governos estaduais são

dotados de autonomia, mas que isso não os exime do cumprimento das leis e dos contratos firmados, mesmo porque os estados têm que ter continuidade administrativa.

Para Roberto Freire (PPS-PE), o gesto de Itamar Franco teve o aspecto positivo de haver quebrado “a ideologia do pensamento único no Brasil” e aberto um grande debate que, a seu ver, não deve ficar restrito à moratória ou à afirmação das soberanias estaduais, mas abarcar a crise do Estado brasileiro.

Arlindo Porto (PTB-MG) salientou que Minas Gerais declarou moratória, mas “não pensa em dar calote”. A bem da verdade, continuou, a moratória só foi declarada, pois já existia na prática, já que o governo de Minas não estava pagando seus fornecedores há cerca de oito meses. O senador também reclamou da retenção, pela União, de recursos das transferências constitucionais devidas a seu estado por causa da moratória. Outros estados, também inadimplentes, não sofreram retenções financeiras, disse.



Mauro Miranda afirma que não é bom para o país tratar a moratória como ato político

“Que venham os bombeiros”, diz Mauro

Tratar a moratória decretada pelo governador Itamar Franco do ponto de vista político, como ato de rebeldia, não é bom para o país, avaliou ontem o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que apelou para o desarmamento dos espíritos e o término do “clima de crise”.

– E que venham os bombeiros, substituindo os incendiários, e o Congresso os tem muitos, para intermediar a retomada do diálogo entre esses dois grandes líderes da política brasileira – disse, defendendo um entendimento entre Itamar e Fernando Henrique Cardoso.

Ao analisar a repercussão da moratória mineira, o senador considerou que “o governador atirou no que viu e acertou no que não viu”, tornando inevitável o debate sobre a situação financeira dos estados, sufocados, como o setor produtivo, pelos “custos extorsivos do dinheiro” no país.

As mais altas taxas de juros do mundo estão sendo praticadas pelo Brasil, com 26,9%, seguido pela Colômbia, com taxas de 16%, comparou o senador. Para ele, semelhante taxa inviabiliza os investimentos e, por consequência, a retomada do desenvolvimento.

Com a motivação política de respaldar o presidente da República contra a moratória mineira, “a lógica que vai prevalecer como consenso” entre os governadores que se reúnem em São Luís é a de que, “com juros altos, é impossível pensar em investimentos”, informou o senador.

Conforme Mauro Miranda, a atitude do governador mineiro, se é politicamente discutível, serviu para revelar o fato de que todos os estados estão asfixiados e que a realidade federativa deve ser repactuada “na direção de uma justa distribuição de responsabilidades entre a União, os estados e os municípios”.

Alcântara acredita em diálogo entre Itamar e FHC

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) manifestou ontem esperança de que o presidente Fernando Henrique Cardoso e o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, se encontrem na inauguração de uma fábrica da Mercedes-Benz no estado, no próximo dia 17. Ele observou que o presidente e o governador são “bons amigos e responsáveis”.

– O princípio federativo exige o diálogo, mesmo que este seja duro, e não o confronto – justificou.

Para Alcântara, há casos de estados que dissiparam recursos, de estados que utilizaram o dinheiro resultante de privatizações em custeio e pagamento da folha de pessoal, de outros que elevaram suas despesas com o funcionalismo e de estados que “agiram com



Lúcio Alcântara

moderação e se preveniram para essa temporada de restrições”. Mesmo reconhecendo o esforço da União na rolagem das dívidas dos estados, “aparentemente em condições excepcionais”, a seu

ver, as elevadas taxas de juros teriam complicado bastante a situação financeira de vários estados.

– Vivemos um momento de hegemonia da moeda e de ortodoxia financeira – observou. Apesar disso, o senador considera incompreensível que estados como Ceará e Bahia, com finanças saneadas, estejam sendo agora impedidos pelo governo federal de aplicar recursos advindos de privatizações na instituição de fundos previdenciários para o funcionalismo, como o governo do Ceará pretendia, por exemplo.

Gilvam sugere conversa para “evitar o pior”

“Vamos conversar para evitar o pior”, pediu ontem o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), ao sustentar que, na crise resultante da moratória decretada pelo governador de Minas Gerais, Itamar Franco, prevalecerá o entendimento. “Homem experiente, ele fará uma opção clara, cristalina, pelo diálogo e pela negociação. Assim agindo, ganhará Minas Gerais e ganhará muito mais o Brasil”, preconizou o parlamentar.

Gilvam afirmou que, na economia globalizada, em que cada toston dos investidores é disputado pelos estados, não há mais lugar para afirmações despropositadas e fora de contexto. Mas disse acreditar que o presidente Fernando Henrique Cardoso e Itamar Franco conseguirão resolver, com sabedoria, o eventual desequilíbrio financeiro de Minas Gerais.

O senador censurou os que atribuíram à moratória de Itamar Franco desequilíbrio no mercado financeiro mundial. “Condenamos aqueles que, por desinformação ou ironia, vincularam a suspensão dos pagamentos de Minas Gerais à queda da Bolsa de Valores de Nova York



Gilvam não vê lugar para afirmações despropositadas e fora do contexto

e, ainda, os que viram alguma relação entre o fato ocorrido no Brasil e a queda do dólar norte-americano frente ao iene.”

Mas reconheceu que a suspensão dos pagamentos da dívida de Minas por 90 dias atingiu a cotação dos títulos brasileiros no exterior, arranhando a credibilidade do país.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) condenou o declínio de indicadores sociais brasileiros, como os baixos recursos para a educação e a elevação do desemprego, para indagar: “Por que será que essa dívida fantástica pesa tanto sobre os brasileiros?”.

Bezerra critica aumento de contribuição sobre o lucro

Mudança na base de cálculo do tributo, segundo o senador, garante R\$ 2 bilhões ao governo mas agrava "sacrifício do setor produtivo brasileiro"

A medida provisória que aumenta a Contribuição Social sobre Lucro Líquido, a partir da mudança de sua base de cálculo, a ser votada hoje pelo Congresso Nacional, preocupa o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN). A MP impede a dedução das despesas financeiras e juros sobre capital próprio para o pagamento do tributo, o que representaria um ganho de cerca de R\$ 2 bilhões para os cofres do governo. Fernando Bezerra disse que a medida agrava o sacrifício do setor produtivo brasileiro.

– Em um ano que já promete profundas dificuldades para as empresas, tal aumento da carga tributária, ao comprometer a disponibilidade de recursos próprios em uma conjuntura de elevadas taxas de juros, pode causar o adiamento de projetos de investimento, agravando ainda mais as perspectivas da recessão – afirmou.

Fernando Bezerra aponta um aspecto que considera o mais grave



Fernando Bezerra sugere como alternativa alterações na alíquota da contribuição

na medida. Para ele, ao impedir as deduções de despesas financeiras, a MP prejudica o empresário preocupado em investir.

– É elementar que as despesas financeiras são necessárias às atividades da empresa e, por isso, não se constituem em lucro. A medida afeta particularmente as empresas que aumentaram seu endividamento para investir, fazendo com que todos passem a não acreditar no futuro, e penalizando quem investe

para crescer e gerar emprego e renda – avaliou o senador.

Como alternativa ao aumento na base de cálculo da contribuição, Fernando Bezerra sugere alterações na alíquota, o que no seu entender demonstraria a intenção de impor o aumento apenas de forma transitória. "Na fase recessiva que estamos vivendo, e que ainda vai perdurar, o aumento da base de cálculo é simplesmente mais favorável para a arrecadação, pois foge da redução prevista na lucratividade das empresas." O senador potiguar teme que o aumento da contribuição se torne permanente.

– É inaceitável que se introduza definitivamente esta impropriedade nas normas da contribuição. Pode-se até requerer uma maior tributação das empresas, a título de contribuição ao esforço fiscal. Todavia, esta previsão deve ser transitória e tão-somente para atender à excepcionalidade do momento – observou.

Jefferson vê situação do Brasil como de pré-convulsão social

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) alertou ontem para a situação de pré-convulsão social em que o Brasil se encontra. "Quando a face perversa dos problemas sociais como fome, desemprego e salários em atraso que a população enfrenta ficarem conhecidos lá fora, haverá um 'estouro da boiada' dos capitais estrangeiros com conseqüências que não quero nem imaginar."

Para Jefferson, o Brasil está preso numa armadilha macroeconômica perversa que não está permitindo saídas a curto prazo. "A manutenção de altas taxas de juros está inviabilizando a adoção, pelo governo, de políticas sociais que possam, pelo menos, aliviar os graves problemas que a população enfrenta", enfatizou, negando que suas críticas se devam à vontade de fazer oposição ao governo.

Jefferson lembrou o discurso de posse do governador de São Paulo, Mário Covas, em que ele diz não ser possível confundir lealdade com subserviência. "Ao mesmo tempo que deu total apoio ao governo fe-

deral, Covas não deixou de criticar a política de juros altos que está sufocando a economia e gerando crescente desemprego", enfatizou.

O senador pelo Amazonas considerou a tentativa de suicídio de uma mulher, nessa segunda-feira em São Paulo, mostrada em todos os telejornais, como emblemática da situação desesperada dos desempregados no país. "Depois da morte e da invalidez, a pior situação que uma pessoa pode enfrentar é o desemprego. Ela perde não apenas o meio de vida, mas também o referencial, a auto-estima e até a dignidade."

Segundo Jefferson, o Orçamento para 1999, que será aprovado em breve, faz uma "economia de palitos", ao cortar verbas de programas educacionais como saúde escolar, distribuição de livros e combate ao analfabetismo, e de programas sociais como de atendimento de idosos, crianças e deficientes. "Uma simples diminuição de um ponto percentual na taxa de juros representaria uma economia muito maior para o go-



Jefferson Péres culpou altas taxas de juros pelos cortes em programas sociais

verno, sufocado pelo serviço de sua dívida interna."

Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) citou o gesto do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, de decretar moratória como uma demonstração das dificuldades financeiras que os estados estão enfrentando. "Certamente ele tem suas razões para dar o primeiro grito mostrando que os governadores precisam pensar no social", finalizou.



Luzia Toledo prestou juramento entre os senadores Ronaldo Cunha Lima, Gilvam Borges e Antonio Carlos Magalhães

Nova senadora dá prioridade aos idosos e às mulheres

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) afirmou ontem, em seu primeiro discurso em plenário, que trabalhará pelos idosos e pelas mulheres. "Como 1999 foi escolhido como o Ano Internacional do Idoso, vou continuar minha luta de 19 anos por seus interesses. Antes de tudo, eles precisam de dignidade. Reafirmo, também, minha defesa das mulheres, esta legião que admiro pela determinação na luta por seus direitos e que traça com firmeza o seu caminho, com certeza de chegar."

Com a eleição do senador José Ignácio Ferreira para o governo do estado do Espírito Santo e a indicação do seu primeiro suplente, senador Ricardo Santos, para a Secretaria Estadual de Planejamento, Luzia to-

mou posse ontem como a primeira senadora capixaba. A senadora, que é advogada, foi vereadora por dois mandatos (1988 a 1996) e vice-prefeita de Vitória, promete muita luta, trabalho e lealdade na defesa dos interesses do seu estado.

Para Luzia, o Senado é o maior exemplo político de democracia. "Estou certa de que precisamos confirmar o nosso país como uma democracia aberta ao mundo e determinada a permitir que os cidadãos possam usufruir plenamente das conquistas da humanidade. Esta é a melhor forma de contribuirmos para um mundo de paz, liberdade, equilíbrio com a natureza e verdadeira igualdade de direitos e deveres entre os homens."

Luzia Toledo foi fundadora do PSDB no Espírito Santo

Luzia Toledo nasceu em Mimoso do Sul e, de acordo com seu currículo, ainda pequena foi morar na casa de Rubens Rangel, que foi governador do Espírito Santo, em 1967. Ali conheceu as principais lideranças políticas do estado. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo, com extensão na Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Ela atuou como advogada nas varas Cível e Criminal no Espírito Santo e no Rio de Janeiro, e também na área jurídica da Companhia Docas do Espírito Santo, onde requereu aposentadoria proporcional

por tempo de serviço.

A nova senadora foi uma das fundadoras do PSDB no estado e, como vereadora de Vitória, atuou na comissão que elaborou a nova Lei Orgânica do Município, apresentando também diversos projetos voltados para as questões sociais. Luzia foi ainda secretária estadual extraordinária na representação do Espírito Santo em Brasília. Em 1996, foi eleita vice-prefeita na chapa de Luiz Paulo Velloso Lucas.

Luzia é presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica e integrante do Instituto Histórico e Geográfico.

TV Senado fala do ajuste fiscal e da seca no Nordeste

Em entrevista à TV Senado, o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, apontou quatro caminhos que o Brasil deve seguir para escapar da crise: ajuste das contas do setor público, incremento das exportações, adoção de política para atrair grandes empresas e aumento das alíquotas de importação.

Segundo Dornelles, é preciso que o país mostre ao mundo que tem uma economia e um setor público ajustados para que continue a receber os

recursos necessário à cobertura do déficit em conta corrente.

Na entrevista, que vai ao ar hoje, às 13h30 e às 21h15, o ministro também critica a adoção da CPME, que incide em cascata sobre os produtos, elevando o "custo Brasil" e prejudicando as empresas.

Também será transmitida hoje, às 9h30, 12h30 e 20h30 na TV Senado, uma entrevista com o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) sobre a seca na Paraíba.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Futebol feminino
7h30 - *Especia Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; Assunto: Psicoterapia - 2ª parte
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Spinning bike
8h30 - *Especia Unip* - Assunto: Cirurgia da obesidade - 2ª parte
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Curitiba
9h30 - Entrevista com o senador Ronaldo Cunha Lima sobre a seca na Paraíba
9h55 - *Senado em Pauta*
10h - Sessão Plenária do Senado Federal (ao vivo)
12h - *Cores do Brasil* - Cerrado
12h30 - Entrevista com o senador Ronaldo Cunha Lima sobre a seca na Paraíba
12h55 - *Senado em Pauta*
13h - *Cores do Brasil* - São Luís do Maranhão
13h30 - *Agenda Econômica* - O deputado e ministro Francisco Dornelles fala sobre *estabilidade fiscal*. Ele diz que o Brasil foi invadido por uma crise financeira externa de grande proporção e defende que, além do esforço para ajustar as contas públicas, o país precisa exportar mais
14h30 - Sessão Plenária do Congresso Nacional (ao vivo)
18h30 - *Cores do Brasil* - Bahia
19h - *Palestra* - Excelência Humana, com Antônio Costa Neto
20h30 - Entrevista com o senador Ronaldo Cunha Lima

sobre a seca na Paraíba

21h - *Jornal do Senado*

21h15 - *Agenda Econômica* - O deputado e ministro Francisco Dornelles fala sobre *estabilidade fiscal*. Para ele, o Brasil foi invadido por uma crise financeira externa de grande proporção e defende que, além do esforço para ajustar as contas públicas, o país precisa exportar mais

22h - Sessão Plenária (reapresentação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado

Em seguida - Música e Informação

10h - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)

Em seguida - Música e informação

14h30 - Sessão Conjunta do Congresso Nacional (ao vivo)

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

Em seguida - Música e informação

20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"

Em seguida - Música e informação

21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"

Em seguida - Música e informação

21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"

Em seguida - Música e informação

0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)

Em seguida - Música e informação

Alcântara anuncia que governo manterá Dnocs

Diante do "vigoroso movimento na região Nordeste", afirma senador cearense, a decisão de extinguir o órgão foi revertida

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) anunciou ontem em plenário a decisão do governo de revogar a extinção do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), prevista em medida provisória editada no dia 1º de janeiro. Ele afirmou que a iniciativa do Poder Executivo foi revertida "por vigoroso movimento na região Nordeste". As ponderações de lideranças regionais teriam sido acolhidas pelo governo, segundo o senador.

Alcântara explicou que a extinção do Dnocs não constará da reedição da medida provisória. Ele abordou o tema ao mesmo tempo em que procurou analisar a atual situação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Na sua opinião, trata-se de dois assuntos que, aparentemente restritos aos interesses nordes-

Lúcio Alcântara alerta que situação da Sudene causa "apreensão e insatisfação"



tinios, seriam, na verdade, problemas nacionais.

Assim como a notícia de extinção do Dnocs, comparou Alcântara, a situação da Sudene seria outro motivo "de apreensão e insatisfação" no Nordeste.

Os recursos orçamentários previstos para a instituição em 1999, recordou o senador, atingiram o nível mais baixo dos últimos anos.

Ronaldo homenageia magistrado paraibano

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) homenageou ontem o amigo e magistrado Raphael Carneiro Arnaud, desembargador que, nos próximos dias, deixará a presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba. "Usurpando de Deus a indelegável tarefa de julgar o homem, Raphael se houve com a mesma quietude e determinação, por vezes veemente, que trilhou por toda a vida", disse o senador na homenagem.

Conforme o parlamentar, a prestação jurisdicional é assunto tão caro a esse desembargador que "ele não se deixa invadir pela emoção casual de, ouvindo a crítica contumaz ou os silvos dos poderosos, julgar mal

por julgar apressado ou negar jurisdição oportuna em desfavor do direito". Para o senador, esse desembargador "é o combatente do bom combate".

Ronaldo Cunha Lima também disse que medir a ação de Raphael Carneiro Arnaud é tarefa difícil, visto que "a constelação de feitos que sua pena magistral e administrativa legou à Paraíba brilhará incessantemente". Em sua opinião, não se mede a ação desse desembargador com a medida comum, numérica, quantitativa ou publicitária. Por isso ele não quis destacar que o magistrado foi o construtor de fóruns e residências de juizes. "Essa tarefa é exe-

cutiva e, para elas, como um homem público de envergadura singular, Raphael deu o tom de obrigação", afirmou.

Assim mesmo, o parlamentar parabenizou o desembargador pela construção do fórum de Campina Grande, cuja edificação, em sua opinião, deu à prestação da Justiça a exata dimensão da cidade, tornando maior o estado da Paraíba. Também o cumprimentou pela transformação da antiga Escola de Professoras, em João Pessoa, que ganhou a dignidade de um Palácio de Justiça da Paraíba. Na opinião de Ronaldo Cunha Lima, essa obra tornou-se um monumento à posteridade.

Depois de dizer que Raphael Carneiro Arnaud deixa a presidência do TJPB com a merecida grandeza que sempre exigiu de si mesmo, Ronaldo Cunha Lima afirmou que ele voltará ao assento de juiz, "o qual desempenha com sabedoria bíblica, seguindo o caminho dos escolhidos". O senador também homenageou o desembargador José Martinho Lisboa, dizendo que ele manterá a altivez do Judiciário e sequenciará o trabalho de Raphael.



Ronaldo Cunha Lima destacou a atuação do desembargador no Judiciário da Paraíba

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Ney Suassuna homenageia João Calmon

Para o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a morte do ex-senador João Calmon privou a educação brasileira de seu maior defensor. Em breve comunicação realizada ontem, Suassuna enalteceu as qualidades de Calmon, falecido no dia anterior.

A luta do ex-parlamentar para que um percentual da receita das administrações públicas fosse obrigatoriamente aplicado nos sistemas de ensino foi destacada por Suassuna:

– Foi uma luta bem sucedida porque, na Constituinte de 1988, quando presidia a Comissão de Família, Educação, Cultura e Esportes, João Calmon viu, finalmente, ser fixado o índice de 18% do Orçamento da União para despesas com a educação – afirmou.

Para o senador, o falecimento de Calmon foi acompanhado de imediato reconhecimento de seu trabalho. Ressaltou, porém, que esse reconhecimento apenas começa, e vai crescer à medida



Suassuna lembrou trabalho de Calmon pela educação

em que se aprofundar, no Brasil, a consciência sobre a importância da educação.

Suassuna destacou os principais aspectos da vida de Calmon, desde seu ingresso no jornalismo, em 1937, como

repórter do *Diário da Noite*, até a presidência dos *Diários Associados*, entre 1968 e 1980. Foi eleito deputado federal em 1962 e 1966 e senador em 1970, 1978 e 1986, sempre por seu Estado natal. Em 1976 apresentou a emenda constitucional que garantia um mínimo de 12% do Orçamento da União para a educação, que foi recusada. Em 1984, a chamada *Lei Calmon* foi aprovada com o índice de 13%, aumentado para 18% na Constituinte:

– Esse seu trabalho gigantesco, quixotesco, granjeou-lhe até mesmo o respeito dos adversários políticos – afirmou Suassuna.

AVANÇOS

Para Suassuna, ainda há um grande trabalho a ser feito no Brasil, com a conscientização de “certos administradores públicos para a importância de se criar e manter bons sistemas de ensino nos Estados e municípios”.

– Mas estamos caminhando nesse sentido, e rapidamente. O governo do professor Fernando Henrique Cardoso fez muito e ainda fará mais. O certo é que, no futuro, a cada avanço obtido pelo Brasil na questão do ensino, sempre haverá alguém para lembrar que todo o esforço para construir um sistema educacional eficiente no Brasil começou com João Calmon – finalizou.

Dutra conclama FHC a visitar sertão

Senador acha que presidente da República deveria interromper férias na praia para ver dificuldades enfrentadas pela população do interior com a seca e a fome

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) conclamou ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso a “fazer um parêntese” em suas férias nas praias de Sergipe para visitar o sertão do estado, que enfrenta dificuldades imensas de seca e fome. “Depois de comer os maiores caranguejos do país, FHC deveria percorrer as regiões da seca, onde o povo está comendo palma, alimento próprio para gado, para não morrer de fome”.

Para Dutra, o caranguejo pode bem ser o símbolo do governo FHC, que não

avança para resolver os problemas do país. “Como é possível aceitar a extinção pura e simples do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs), sem definir outro órgão para assumir suas funções? Somos críticos de sua atuação, mas sem ele a situação do Nordeste ficará ainda pior.”

Ao ler um recorte da *Ga-*



Dutra: “Povo come palma para não morrer de fome”

zeta de Sergipe sobre a situação no estado, Dutra disse ser um absurdo acabar com as frentes de trabalho, que representam a única fonte de renda da população enquanto espera as chuvas chegarem. “Segundo o presidente da Federação dos Agricultores do Estado, Valdemir Pereira dos Santos, as frentes não estão sendo usadas

para construir obras de infra-estrutura hídrica, como deviam. Mesmo assim, há garantias de sua manutenção apenas até março”, citou Dutra.

Segundo o senador por Sergipe, o maior problema do Nordeste não é a seca, mas a cerca. “Enquanto não se rediscutir a estrutura fundiária da região, qualquer solução, seja construção de açudes, seja manutenção de frentes de trabalho para simplesmente roçar as margens das estradas como estão fazendo, será meramente paliativa”, concluiu Dutra.

Amorim pede apoio para produtores de cacau

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) pediu ontem a concessão de créditos diferenciados para os produtores agrícolas, em especial para os que se dedicam à cultura do cacau. O senador visitou no último fim de semana o Centro de Pesquisa do Cacau, na Bahia, e testemunhou os avanços tecnológicos alcançados pela instituição, principalmente no combate à vassoura-de-bruxa, praga comum nas plantações:

– A vassoura-de-bruxa é uma praga que levou o setor do cacau praticamente à falência nos últimos anos, mas com o desenvolvimento das pesquisas en-

controu-se uma solução técnica, a partir de clones resistentes à praga e que produzem de 30 a 35 arrobas em 18 meses – informou o senador.

Amorim lembrou que os produtores não têm ainda condições de implantar a novidade, em virtude do endividamento do setor. “É preciso um programa que dê anistia ou alongue as dívidas do setor, para os produtores terem acesso ao crédito.” O senador sugeriu a concessão de empréstimos a taxas de 6% ao ano, “conforme o financiamento da União para os estados”.

Apesar das dificuldades de um setor

que teve sua capacidade produtiva reduzida nos últimos anos (o estado de Rondônia chegou a ter uma queda na produção de 30 mil toneladas ao ano para 5 mil toneladas), Ernandes Amorim já vê progressos na cacauicultura:

– Rondônia já recuperou a safra anual para 18 mil toneladas, mas ainda há o que melhorar – informou o senador, que creditou o avanço aos esforços, especialmente do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, resultando em investimentos em pesquisas que melhoraram o desempenho da produção de cacau.



Amorim defende programa que anistie ou alongue dívidas dos produtores

PAUTA DO SENADO PARA O PERÍODO DE 4 A 29 DE JANEIRO DE 1999

Número	Assunto	Relator	Situação
PEC 34/98	Prorroga e altera a alíquota da CPMF	Romeu Tuma (PFL-SP)	Aprovada, em 1º turno, em 6/1/99. Início da discussão em 2º turno, em 14/1/99
Reforma Político-Partidária			
PLS 187/98	Limita acesso ao Fundo Partidário	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PLS 188/98	Institui o financiamento público das campanhas eleitorais	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Apreciação na CCJ em 13/1/99
PLS 189/98	Prazos de domicílio eleitoral e filiação partidária	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 38/98	Limita o número de vereadores	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 39/98	Institui o voto facultativo	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 40/98	Restringe pesquisas eleitorais	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 41/98	Trata da vacância de senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 42/98	Institui sistema eleitoral misto para as eleições para a Câmara dos Deputados e dispõe sobre a suplência dos deputados	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Apreciação na CCJ em 13/1/99
PEC 43/98	Segundo turno só para presidente da República	Sérgio Machado (PSDB-CE)	CCJ
PEC 44/98	Regras de fidelidade partidária	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Apreciação na CCJ em 13/1/99
PEC 45/98	Mandato de seis anos para senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
Outros assuntos			
PLC 41/98	Regula o processo administrativo na administração federal	Francelino Pereira (PFL-MG)	Aprovado em 7/1/99
PLC 08/91	Extinção dos manicômios	Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB)	À sanção Votação no Plenário em 13/1/99
PLC 61/97	Cria a Política Nacional de Educação Ambiental	Joel de Hollanda (PFL-PE)	CE
PLC 48/98	Ensino no Exército Brasileiro	Aguardando designação de relator	Apreciação na CCJ em 13/1/99
PLC 52/98	Parcelamento do solo urbano	Josaphat Marinho (PFL-BA)	Aprovado em 7/1/99
PLC 53/98	Nomes genéricos em medicamentos	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	À sanção Apreciação na CAS em 13/1/99
PLC 01/99	Coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação de sangue	Aguardando designação de relator	CAS
PLC 03/99	Institui política nacional de educação em direitos humanos para o ensino fundamental e médio	Aguardando designação de relator	CE

Obs.: Além das matérias acima, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais; projetos de competência privativa do Senado; medidas provisórias; matérias orçamentárias; e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.